

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração de numerosas pessoas e instituições.

Agradecemos aos organizadores locais, membros da Rede ANDI América Latina e da Rede ANDI Brasil por seu esforço e pronta dedicação ao projeto.

Somos gratos às cerca de 60 organizações argentinas, brasileiras e paraguaias que nos ajudaram no recrutamento dos meninos e meninas que participaram deste estudo.

Gostaríamos de sublinhar, especialmente, o Colégio Nuevo Día, em Buenos Aires, o Colégio Maximo Arellano, em Assunção, a ONG Vida Brasil, em Salvador, e a Associação Desportiva para Deficientes (ADD), em São Paulo – os quais, gentilmente, cederam seus espaços e a dedicada atenção de seus profissionais para a realização das atividades.

Por fim, externamos especiais e contundentes agradecimentos aos 67 garotos e garotas que integraram os oito grupos focais realizados, bem como às suas famílias. São eles os principais responsáveis pelas páginas que se seguem.

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	4
INTRODUÇÃO	7
DADOS GERAIS DA INVESTIGAÇÃO	13
CONSUMO DE INFORMAÇÃO E RELACIONAMENTO COM A MÍDIA	19
A TRÍADE MÍDIA · ADOLESCÊNCIA · DEFICIÊNCIA	24
TEVÊ À LA CARTE	31
CONCLUSÃO	38
FICHA TÉCNICA	40

RESUMO EXECUTIVO

Jovens com deficiência de três países da América Latina discutem quando e de que maneira sua realidade é retratada nos meios de comunicação, especialmente na tevê. As opiniões documentadas dão pistas de como se constrói uma dissociação no âmbito da rima deficiência e adolescência, ao menos na telinha

Crianças e adolescentes constituem um dos mais ativos grupos de consumo de informação e entretenimento, por isso, têm muito a dizer sobre os conteúdos veiculados nos meios de comunicação de massa. Ao longo dos últimos anos, diversas pesquisas tiveram como foco investigar os processos de recebimento dessas informações, ouvindo jovens dos mais diversos perfis. A fim de contribuir para o enriquecimento dessa linha de análise, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e a Rede ANDI América Latina – com apoio da Save the Children Suécia – direcionam, no presente estudo, uma lente sobre um grupo ainda pouco consultado: os adolescentes com deficiência.

O levantamento teve como proposta fundamental ouvir a opinião desses meninos e meninas acerca dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação, além de saber como avaliam a frequência e o modo com que as pessoas com deficiência são apresentadas pela mídia noticiosa e de entretenimento. Outro aspecto em relevo diz respeito à maneira como esse grupo interage com os veículos de mídia – retrato que pode nos oferecer importantes elementos no que se refere à elaboração de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos dessa população.

Realizado durante o segundo semestre de 2007, o estudo contou com a participação de representantes de quatro cidades, em três países da América do Sul: Argentina, Brasil e Paraguai. A iniciativa, em verdade, constitui o terceiro estágio de um amplo programa iniciado em 2003 com apoio de diferentes parceiros – em especial, a Save the Children Suécia – e focado no binômio Mídia e Deficiência. Nas duas primeiras fases, o projeto desenvolveu estudos acerca da cobertura jornalística brasileira e latino-americana dedicada ao universo da Deficiência, além de oficinas temáticas com jornalistas e fontes de informação. Com a pesquisa *Mais janela que espelho: a percepção de adolescentes com deficiência sobre os meios de comunicação na Argentina, no Brasil e no Paraguai*, a ANDI busca coletar mais subsídios para a compreensão acerca dos processos de elaboração de conteúdo entre os meios de comunicação, assim como angaria elementos para contribuir junto à imprensa no que se refere a uma cobertura qualificada do tema Deficiência.

O processo de investigação

A pesquisa ouviu adolescentes de 11 a 13 anos, de ambos os sexos e com diferentes tipos de deficiência (intelectual, visual, auditiva e física). Os jovens foram selecionados a partir de dois extratos sociais: renda baixa e média-alta. Ao todo, 67 meninos e meninas participaram da investigação, que adotou como procedimento metodológico a prática de grupo focal, além de entrevistas individuais.

Configuração dos participantes

Entre os participantes, 26,9% eram de Assunção (Paraguai), 20,9%, de Buenos Aires (Argentina), 31,3%, de Salvador e 20,9% de São Paulo (Brasil). Os meninos eram maioria (59,7%), bem como os que se declaram de cor branca (64,2%). Católicos representaram mais da metade dos jovens entrevistados, seguidos de evangélicos e testemunhas de Jeová. A maior parte dos ouvidos (55,6%) vinha de famílias de baixa renda, mas cujas residências dispõem de geladeira, tevê em cores, rádio, aparelho de DVD e telefone celular.

Quando indagados sobre seus hábitos de consumo de informação e suas relações com a mídia, os jovens com deficiência responderam que os círculos sociais mais próximos são muito importantes. Geralmente, a família e a escola são os canais onde buscam aprender ou saber de algo novo. No que se refere aos meios de comunicação, televisão e internet foram sinalizados como tendo maior importância. Dos entrevistados, 53,1% passam mais de três horas por dia em frente à tevê; 46,9% nunca lêem jornais; 56,4% lêem revistas até três vezes por mês; e 39,3% sintonizam seus rádios até três vezes por semana.

Adolescentes acima de tudo

Nas oito sessões realizadas no âmbito dos grupos focais, foram colhidos subsídios que permitem apontar muitas semelhanças entre adolescentes com e sem deficiência. Os participantes da pesquisa manifestaram-se com considerável insegurança, ambigüidade e um pragmatismo desconcertante – aspectos típicos dessa faixa etária. Não foram notadas também grandes distinções entre as opiniões dos adolescentes dos três países, já que muitas das atrações midiáticas são retransmitidas tanto no Brasil como na Argentina e Paraguai.

Personagens com deficiência na mídia noticiosa

Motivados a lembrar quando tiveram acesso a notícias sobre pessoas com deficiência, os jovens apontaram poucos exemplos. Em raríssimos casos, mencionou-se personagens com deficiência e, menos ainda, que estivessem na adolescência. Essa invisibilidade foi reforçada em outros momentos dos trabalhos, inclusive quando a proposta era estimular a percepção quanto à existência de conteúdos com esses personagens. Por outro lado, em todos os grupos focais, os perfis de pessoas com deficiência lembrados foram os cegos, os que apresentam síndrome de Down, os cadeirantes e os que fazem uso de muletas. As lembranças desses tipos estiveram sempre associadas a personagens de telenovelas, sobretudo no Brasil e na Argentina.

A mídia segundo os meninos e meninas ouvidos

O jovem com deficiência pouco se reconhece na programação convencional das emissoras de tevê. Espontaneamente, ele se queixa do excesso de violência e da “baixaria”. Em diversos momentos, os participantes do estudo demonstraram ter noções bem nítidas quanto à violência expressa em filmes de ação e desenhos animados – produtos de ficção – e quanto à violência explorada por telejornais. A constatação é que a presença de atos violentos da realidade na televisão incomoda mais os jovens – uma característica comum a grupos focais realizados pela ANDI envolvendo outras crianças e adolescentes, sem deficiência.

Alguns jovens também deixaram transparecer que sabem diferenciar conteúdos adequados e inadequados para certas faixas etárias. Neste particular, nos grupos focais realizados em São Paulo e Salvador, pôde-

se perguntar aos meninos e meninas sobre o funcionamento da classificação indicativa, instrumento recentemente implantado na tevê brasileira. Houve queixas sobre as dimensões insuficientes da janela na qual o intérprete de Língua de Sinais Brasileira (Libras) identifica as características do programa e sobre a rapidez de sua tradução, o que pouco ajuda na compreensão das mensagens.

Incentivados a imaginar o que fariam se fossem donos de uma emissora de televisão, a maioria dos participantes da pesquisa alteraria a programação, priorizando atrações que lhes conviessem – como desenhos animados, telenovelas e filmes. Indagados sobre a cobertura jornalística dedicada ao tema da deficiência, eles afirmaram que interfeririam positivamente na definição de pautas que enfocassem a vida das pessoas com essa característica.

Por se reconhecerem pouco na programação da tevê, os adolescentes com deficiência não têm na televisão um espelho, mas uma janela. Por isso, em várias ocasiões, os jovens integrantes do presente estudo compadeceram-se mais com situações de miséria e exploração de crianças nas ruas, do que com adolescentes com dificuldades de inserção social devido a alguma deficiência. Ao fim e ao cabo, a investigação constata que os meninos e meninas ouvidos não abordam, espontaneamente, a relação mídia e deficiência – para que o fizessem precisaram ser provocados pelo moderador.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos 200 anos, os meios de comunicação vêm se firmando como uma das instituições mais relevantes no processo de socialização dos indivíduos – disputando um espaço antes ocupado centralmente pela família, pelos grupos de amigos, pelas escolas e pelas religiões, para nos atermos aos atores mais óbvios.

Paralelamente a essa capacidade, os veículos midiáticos – especialmente os noticiosos – foram arrematando outros papéis, fato que acabou por intensificar sua capacidade de influenciar, em maior ou menor medida, o modo como os indivíduos interagem e atuam na sociedade.

Vale aqui lembrar que a mídia noticiosa é entendida, ainda que não consensualmente, como detentora do exercício de três funções básicas: a) informar contextualizadamente os atores da esfera pública de discussões; b) agendar e organizar a lista de prioridades quanto aos debates travados nessa mesma esfera; c) monitorar e fiscalizar as ações levadas a cabo pelos principais atores públicos das sociedades contemporâneas, fundamentalmente os chamados atores estatais.

Em decorrência dessa ampla e complexa lista de funções, a atenção dirigida para essa instituição central das democracias contemporâneas ganhou contornos cada vez mais importantes ao longo desses dois séculos. As chamadas ciências sociais aprofundaram e tornaram cada vez mais sofisticadas suas ferramentas de compreensão acerca do que são os meios de comunicação e por que adquirem tal perfil, além da mensuração dos impactos que sua atuação pode causar nos cidadãos e cidadãs individualmente e/ou nos diferentes subconjuntos da sociedade.

A empreitada de ofertar explicações mais completas e complexas acerca da inserção dos meios de comunicação de massa nas sociedades contemporâneas deve envolver, em alguma medida, ferramentas metodológicas que permitam observar o fenômeno a partir dos três ângulos complementares que se seguem:

1. Análise da produção dos conteúdos: neste amplo macro-campo de compreensão, o objetivo central do analista é entender por que os conteúdos midiáticos (a notícia, o entretenimento e a publicidade, para simplificarmos) são como são. Nesse sentido, é fundamental estudar, dentre outros elementos, a estrutura de negócio e propriedade dos meios, a regulação dos mesmos em cada contexto nacional, as características dos profissionais que produzem os conteúdos midiáticos, além das lógicas subjacentes aos anunciantes e das influências do cenário político sobre a mídia. Como se pode antever, diversas são as metodologias específicas que permitem alcançar esses objetivos de pesquisa;
2. Análise dos conteúdos propriamente ditos: é possível que aqui esteja localizada a ampla maioria das pesquisas que, de uma forma ou de outra, envolvem os meios de comunicação. Por este ângulo, o analista se ocupa do conteúdo efetivamente veiculado (da notícia publicada, da novela transmi-

tida, da publicidade emitida). Busca, portanto, investigar o que está (ou não) sendo comunicado aos diferentes públicos consumidores dos produtos midiáticos. A análise de conteúdo permite ao pesquisador, ademais de oferecer explicações sobre o perfil daquilo que é veiculado, levantar um conjunto de hipóteses sobre o porquê de os conteúdos se apresentarem de determinada maneira (o que poderá ser verificado pela análise de produção) e sobre como as distintas audiências receberão e/ou serão impactadas por aqueles mesmos conteúdos (neste nicho entra a análise de recepção);

3. Análise da recepção dos conteúdos: para além de entender por que os conteúdos se apresentam de determinada maneira e o perfil do que é oferecido, também é de interesse da pesquisa na área compreender diferentes aspectos relacionados à recepção desses mesmos conteúdos. Utilizamos “recepção” no sentido amplo do termo, isto é, não estamos apenas nos referindo aos estudos que buscam oferecer explicações sobre os impactos concretos dos conteúdos nas ações de múltiplos grupos sociais ou indivíduos particulares, mas, adicionalmente, busca-se a remissão às pesquisas que objetivam analisar como distintos grupos e/ou indivíduos “lêem” o que é veiculado pelos meios de comunicação.

O case da estratégia Mídia e Deficiência

Conforme assinalado, desde 2003 a ANDI e a Rede ANDI América Latina – com o apoio de diferentes parceiros, em especial da Save the Children Suécia – desenvolvem ações focadas no binômio Mídia-Deficiência. Para além de seu objetivo primeiro – compreender a inter-relação deficiência e meios de comunicação – a iniciativa tem como propósito coletar subsídios que possam contribuir no processo de atuação junto à imprensa para incentivar a cobertura qualificada do tema.

Em função do entendimento das diferentes possibilidades de se trabalhar a agenda da deficiência, em suas múltiplas interfaces com a mídia, foram construídas estratégias na linha do tempo que permitissem, ainda que de forma exploratória, estudar essa relação a partir dos seguintes ângulos: produção, análise e recepção do conteúdo veiculado.

Nesse sentido, em um primeiro momento, foram conduzidos estudos acerca da cobertura dedicada pela imprensa brasileira e, mais adiante, latino-americana, ao tema Deficiência. Em seguida, uma série de oficinas com jornalistas e fontes de informação de dez países da América Latina (o Brasil, em uma primeira fase, e depois nove outras nações das Américas Central e do Sul) trouxe importantes subsídios para a compreensão dos limites e potencialidades da cobertura.

Segundo a publicação *Direitos, Infância e Agenda Pública* (ANDI/Rede ANDI América Latina/Plan Internacional/Petrobras), somente 0,78% de toda a cobertura sobre infância e adolescência realizada por jornais de dez países latino-americanos trata de questões relacionadas a crianças e adolescentes com deficiência. E desse pequeno conjunto de textos, menos de 10% ouvem meninos e meninas com essa característica.

A presente pesquisa trata de uma terceira fase do processo: a investigação acerca de como um dos públicos-alvos da cobertura sobre deficiência – e, mais importante, do sistema de garantia de direitos nessa área, assim como das políticas públicas desenvolvidas sob este amplo guarda-chuva – percebe os meios de comunicação.

Vale destacar que a escolha desse público poderia ter obedecido a variados recortes amostrais: jornalistas, fontes em geral, especialistas, tomadores de decisão, adultos com deficiência ou mesmo familiares desse grupo populacional. A decisão por buscar os próprios adolescentes esteve baseada, no entanto, no fato de que meninos e meninas com deficiência raramente são ouvidos em análises sobre a temática – dado que, para além do equívoco no tratamento editorial dispensado ao tema, é indicativo do que ocorre na construção e implementação das políticas públicas para a área da comunicação.

Adicionalmente, é importante lembrar que, de modo geral, os cidadãos e cidadãs – especialmente crianças e adolescentes – são atores ainda pouco presentes no processo de elaboração e de implementação das políticas voltadas à garantia de seus próprios direitos. A lógica da inclusão, portanto, já começa a ser desrespeitada no próprio nascedouro da política pública.

Em função disso, e reconhecendo todos os limites desta decisão, optou-se por compreender – em uma experiência inicial e que poderá ser expandida – como adolescentes com deficiência analisam os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação. O recorte da pesquisa contou com meninos e meninas de condições sociais bem demarcadas: renda baixa e média-alta.

De todo modo, o estudo não esteve interessado somente – e sequer especialmente – em desvendar o que esses garotos e garotas pensam sobre a maneira como as pessoas com deficiência são retratadas pela mídia. O interesse esteve em investigar como esse grupo populacional interage com os meios de comunicação, especialmente a televisão. A proposta, portanto, foi analisar como esses jovens debatem os conteúdos veiculados pelos meios, do que gostam e do que não gostam e, em alguma medida, se consideram estar entre os públicos contemplados nas atrações apresentadas.

A eleição dos grupos focais como ferramenta de pesquisa

Diversos podem ser os procedimentos metodológicos utilizados para começarmos a delinear algumas das respostas – ou novas dúvidas – para as inquietudes acima postas. *Surveys*, entrevistas individuais em profundidade ou estudos de caso seriam algumas das possibilidades à disposição.

Não obstante, em função de duas variáveis fundamentais, o presente estudo optou pela realização de grupos focais, em cada um dos três países envolvidos. A primeira variável em questão, de cunho mais conceitual, é derivada de um atributo ofertado pela própria metodologia dos grupos focais: trata-se da possibilidade de coletar as visões e observações dos participantes a partir de sua interação em um espaço de discussão do qual fazem parte outros indivíduos com características semelhantes. A segunda, mais pragmática, diz respeito ao custo operacional: *surveys* ou pesquisas individuais com grandes contingentes de entrevistados são métodos bem mais dispendiosos que a realização de discussões focais.

De fato, a investigação buscou combinar duas estratégias metodológicas: antes da realização de cada grupo, os participantes passaram por uma entrevista individual rápida, composta por um questionário com perguntas fechadas. Durante essa fase, foram coletadas informações socioeconômicas e percepções

gerais acerca do tema em questão. Esses dados são essenciais na compreensão de algumas das posições dos adolescentes durante os grupos focais, além de permitirem acompanhar mudanças de posicionamento que podem estar vinculadas à interação nas reuniões de discussão.

Grupos focais: panorâmica geral

Como qualquer outra ferramenta de que se vale o amplo campo da chamada pesquisa qualitativa, a metodologia de grupo focal consiste em uma técnica para a coleta de informações.

Ao anunciarmos que esse tipo de atividade encontra-se acomodada sob o extenso leque das pesquisas qualitativas, já estamos adiantando o tipo básico de informação a ser coletada. São informações compostas por elementos fundamentais para a compreensão de um determinado fenômeno – elementos estes que não podem ser facilmente quantificados (transformados em variáveis numéricas, passíveis de contabilização) ou que ao serem quantificados perdem, em muito, a complexidade (riqueza, em uma linguagem informal) da qual estavam originalmente dotados.

Quando tal limite ocorre, a saída metodológica está em congregar diferentes tipos de metodologias qualitativas ou, até mesmo, somar métodos qualitativos e quantitativos na análise de determinado fenômeno.

Assim, podemos quantificar informações importantes: quantos jornais lêem diariamente, quantas horas assistem à televisão, como o fazem (sozinhas, com amigos, realizando outras atividades concomitantemente). Porém, quando queremos saber o que as pessoas pensam acerca de determinado programa televisivo, a quantificação é limitadora (ainda que relevante). É possível identificar se o entrevistado gostou muito ou pouco, se achou tendencioso ou não. No entanto, serão sempre respostas pré-orientadas pelo pesquisador e simplificadoras do que, de fato, pensam os indivíduos cujos hábitos estão sendo investigados.

Dessa maneira, as pesquisas qualitativas (ainda que pré-estruturadas) conferem especial importância às visões do entrevistado, buscando compreender, com maior riqueza de detalhes, o que pensa sobre um tema proposto. Congregar métodos, portanto, parece ser uma alternativa interessante e proveitosa.

Até o momento incluímos os grupos focais no rol das pesquisas qualitativas, diferenciando-os dos métodos de quantificação. Mas o que os destaca dentre as pesquisas qualitativas? Que elementos fazem do grupo focal uma ferramenta distinta de um conjunto de entrevistas individuais conduzidas com os mesmos participantes de um eventual grupo?

Definindo grupos focais

Ainda que a prática dos grupos focais não seja uma novidade nas ciências sociais, e muito menos nas chamadas pesquisas de mercado, a produção de conhecimento sobre a metodologia é bastante recente: data do final dos anos 1980, tendo se desenvolvido a passos mais rápidos no início da década seguinte.

A metodologia do grupo focal se fundamenta na premissa de que as opiniões ou observações expressas por um indivíduo durante uma entrevista particular serão distintas daquelas que ele

oferecerá ao participar de um grupo de discussões sobre o mesmo tema – pois estaria sob influência da interação com outros indivíduos. Nesse sentido, é importante sublinhar o longo comentário de Folch-Lyon e Trost (1981:445)¹ sobre a questão, do qual extraímos o trecho a seguir:

A situação de grupo pode também encorajar participantes a revelar comportamentos e atitudes que eles poderiam não expor conscientemente em uma entrevista individual. Isso ocorre porque os participantes, freqüentemente, se sentem mais confortáveis e seguros na companhia de pessoas que compartilham atitudes, comportamentos e opiniões similares ou simplesmente porque eles acabam sendo conduzidos pela discussão em curso.

Assim, um grupo focal é uma técnica de coleta de dados que não se interessa somente pelas informações obtidas, mas também no *como* elas foram alinhavadas. Nesse sentido, as alterações de percepção deste ou daquele participante ao longo da atividade, as explicações dadas para justificar tais alterações, os indivíduos e argumentos que mais tiveram aceitação (e os que menos tiveram), assim como os gestos e feições adotados são considerados produtos dos grupos focais, compondo o *processo integral* de construção do conhecimento.

Nessa direção, vale salientar que, enquanto técnica, o grupo focal consiste em um procedimento que busca colher o maior número de opiniões, observações ou análises dos indivíduos durante sua interação em grupos de discussão, implementados durante um tempo pré-definido e contando com provocações de um moderador.

Essa meta gera uma consequência direta: os grupos focais não podem ser compostos por poucos participantes ou, na outra ponta, por muitos. Um número restrito de integrantes pode levar a uma situação indesejável: um único pesquisado, por características próprias, pode dominar a discussão e o grupo se transformar, portanto, em uma grande entrevista coletiva. Não é esta a intenção. Por outro lado, muitos indivíduos podem impedir o aprofundamento do grupo, enquanto coletivo, sobre questões particulares pertinentes ao tema em questão. A atividade corre o risco, então, de transformar-se em um conjunto de várias entrevistas individuais feitas no mesmo espaço.

Diante dessas preocupações, pesquisadores que ao longo dos anos buscaram aperfeiçoar essa metodologia chegaram à conclusão de que um grupo focal deve ter entre 6 e 10 indivíduos participantes, com um número ideal de 8.

Para o professor norte-americano David L. Morgan, um dos maiores especialistas sobre o assunto, um grupo focal é uma técnica de pesquisa que coleta informações por meio da interação grupal sobre um tópico determinado pelo pesquisador. Essa definição possui três componentes fundamentais: I) estabelece claramente que o grupo focal é uma metodologia de pesquisa direcionada à coleta de informações; II) localiza na discussão em grupo a fonte dessas informações; III) reconhece o papel ativo do pesquisador na criação do grupo de discussão com o objetivo de coleta de dados.

¹ FOLCH-LYON, E. and TROST, J. F. – “Conducting focus groups sessions”, in: *Studies in Family Planning*, vol. 12, n. 12, pp. 443-449, December, 1981.

Por fim, duas características acima referenciadas contribuem para compor o conceito de grupos focais: a presença de um moderador – fundamental para que a ferramenta alcance os resultados esperados – e da estratégia da “provocação”.

Quanto a esse segundo elemento, é preciso deixar claro que as discussões focalizadas não se diferenciam das entrevistas “em profundidade” somente porque são feitas em grupo. Elas trazem um atributo adicional e de particular relevância: a expectativa subjacente é a de que os indivíduos participantes gerem, por si mesmos e na interação entre eles, o maior volume de informações possível.

Não se trata, portanto, de um debate clássico, no qual o moderador faz perguntas claras e, um a um, os participantes vão expondo suas posições. A função do moderador é elaborar um pequeno conjunto de potenciais ângulos componentes do tema maior que se pretende discutir (mídia, por exemplo). E, a partir dessas idéias iniciais, a responsabilidade por gerar o conhecimento está com o grupo.

Isto não indica, sem embargo, que o que se está almejando é a reprodução “em laboratório” de uma discussão que teria lugar naturalmente entre os indivíduos. Catterall e Maclaran (1997: §3.6)² salientam:

Um grupo focal não se dá em um ambiente natural mesmo quando grupos de amigos ou colegas são alocados em cenário “natural” tais como a casa de um dos participantes ou a lanchonete de um local de trabalho. Nem as discussões em um grupo focal podem ser comparadas a uma conversa “natural”, já que pouquíssimas conversas “naturais” focalizam um único assunto por um período tão longo de tempo sob a direção, passiva ou ativa, de um moderador.

O procedimento, portanto, é muito distinto da aplicação de um conjunto de questões altamente definidas, dirigidas a um grupo de pessoas sentado ao redor de uma mesa.

² CATTERALL, M. and MACLARAN, P. – “Focus groups data and qualitative analysis programs: coding the moving picture as well as the snapshots”, in: Sociological Research Online, vol. 2, n. 1, 1997.

DADOS GERAIS DA INVESTIGAÇÃO

O recorte da pesquisa

Para investigar como um dos públicos-alvos da cobertura midiática sobre deficiência vê e analisa os meios de comunicação – em especial a televisão – foram definidos alguns critérios para o recorte da pesquisa. A seleção contou com adolescentes de 11 a 13 anos³, de ambos os sexos, de faixas sociais distintas e com diferentes tipos de deficiência: visual, auditiva, física, intelectual e múltipla. O procedimento metodológico adotado determinou ainda a presença de representantes provenientes de quatro cidades: São Paulo e Salvador, no Brasil (a fim de garantir um mínimo de diversidade cultural/regional); Assunção, no Paraguai; e Buenos Aires, na Argentina.

Além das faixas etárias indicadas, buscou-se equilíbrio representativo entre meninos e meninas e entre os diferentes tipos de deficiência.

Tabela 1

ENTREVISTADO, POR TIPO DE DEFICIÊNCIA	
Física	12,5%
Visual	16,1%
Auditiva	21,4%
Intelectual	46,4%
Múltipla	3,6%

O processo de recrutamento foi realizado em escolas e instituições especializadas, a partir da colaboração de parceiros da ANDI nos três países participantes da pesquisa. Aqui, vale ressaltar as dificuldades relatadas por todas as equipes. Há desde casos de instituições que apontaram seus alunos como incapazes de participar de uma pesquisa com tais características a pais e mães excessivamente preocupados com a atividade, já que seus filhos jamais haviam sido convidados a integrar um evento público como este.

De maneira geral, os empecilhos apresentados parecem fortemente conectados a um triângulo comum: a invisibilidade das crianças e

De acordo com a pesquisa *Retratos da Deficiência no Brasil*, coordenada pelo economista Marcelo Nery, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, o número de brasileiros com algum tipo de deficiência corresponde a 14,5% da população, de acordo com dados do Censo 2000 do IBGE. Entre a faixa etária de 10 a 14 anos, esse percentual é de 4,4%. Embora a maioria dos países latino-americanos não possua dados precisos sobre o tema, o Banco Mundial estima que aproximadamente 10% dos moradores da região tenha algum tipo de deficiência.

³ Os grupos focais realizados em Buenos Aires não seguiram esta lógica. Conforme o relato de campo dos pesquisadores locais, instituições envolvidas no recrutamento dos participantes adotaram critérios como “idade mental” – conceito totalmente obsoleto – ao invés da “idade cronológica”. Por isso, quando a coordenação geral da pesquisa chegou a Buenos Aires para a realização do grupo se deparou com uma média de idade de 19 anos, exclusivamente para os participantes com deficiência intelectual – preponderantes nas discussões realizadas naquele país. Vale salientar, não obstante, que nas demais cidades a média foi de 11,79 anos, dentro dos parâmetros inicialmente traçados para a investigação.

adolescentes com deficiência, o preconceito de alguns de seus próprios cuidadores e a histórica negligência (inclusive das ciências sociais em geral) em ouvir esse público em bases permanentes.

Essas dificuldades são indícios de que o paradigma da inclusão ainda precisa saltar muitos obstáculos para, de fato, ser considerado uma realidade palpável em nossos países. Em muitas situações ainda permanecem as lógicas integracionistas ou, até mesmo, segregacionistas. Respostas como “eles não estão prontos para participar de uma atividade como essa” são exemplos contundentes desse cenário.

Nesse sentido, para além dos resultados aqui analisados, a realização dos grupos focais pode ser considerada um êxito em si mesma. Não foram poucos os pais e estudantes que insistiram em reforçar seus agradecimentos pela oportunidade concedida. Uma participante, na Argentina, se expressou da seguinte maneira:

Bueno, a eso quiero llegar, el tema de participación. Esta sería la primera vez que hago esto, yo entré acá de otro año, sería el pasado, y me pareció... pasa que tengo muchos cambios. Yo iba a un colegio y después me pasaron acá y ahora más participar así entre todos opinando de cosas que pasan en el país me resulta muy interesante, muy importante para mí hablar de esto. Por eso yo apenas cuando me hacen hablar yo no paro, yo, yo, yo. Soy muy obsesiva, no sé por qué pero estas cosas me gustan. Gracias a ustedes que dieron esta oportunidad de estos chicos que ves acá, bueno, acá somos bastantes chicos, y lo que ves acá es en nombre del colegio y en nombre de lo que... Gracias a ustedes por este espacio.

Coleta de informações

Em cada cidade, os adolescentes foram divididos em dois grupos, de acordo com a renda familiar. Assim, a investigação contou com oito conjuntos, totalizando 67 indivíduos. Antes dos grupos focais, cada participante foi entrevistado individualmente, seguindo um roteiro fechado de perguntas. O objetivo foi obter informações socioeconômicas mais nítidas, bem como alguns indicativos de consumo de informação e entretenimento por meio da televisão e outras mídias.

Vale lembrar que a opção por adotar a metodologia de grupos focais se deu devido a uma característica própria desta atividade. “Com ela, é possível coletar visões e observações dos sujeitos a partir de sua participação e interação em um espaço de discussão do qual fazem parte outros indivíduos com características semelhantes”. Nesse ambiente controlado, espera-se que venham à tona sentimentos e opiniões que permitam um entendimento mais completo do que caracteriza a interação dos adolescentes convidados com os contextos comunicacionais.

Os trabalhos foram realizados a partir da total garantia de acesso dos participantes aos locais dos eventos. Nesse sentido, foi fundamental que os organizadores locais tenham se informado acerca das necessidades específicas de cada um dos adolescentes, a fim de que fossem executadas as medidas indispensáveis para a garantia de acessibilidade.

A título de informação, vale aqui ressaltar os seis tipos de barreiras que, segundo o consultor Romeu Sasaki, devem ser “derrubadas”, de modo a assegurar a plena inclusão das pessoas com deficiência (VIVARTA, Veet – *Mídia e deficiência*. Brasília: ANDI, Fundação Banco do Brasil, 2003):

- A. Arquitetônica (não permite a acessibilidade da pessoa com dificuldade de locomoção);
- B. Comunicacional (a linguagem verbal ou visual utilizada não alcança todas as pessoas);
- C. Atitudinal (atitude preconceituosa);
- D. Metodológica (métodos de ensino, trabalho e lazer homogêneos);
- E. Instrumental (instrumentos utilizados para trabalhar/brincar que não atendem as limitações);
- F. Programática (leis, portarias, regulamentos e políticas que perpetuam a exclusão).

Os realizadores do estudo respeitaram todos os protocolos internacionais de ética em pesquisa com seres humanos, inclusive preocupando-se com as condições diversas de acessibilidade e com o disposto pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. As sessões foram gravadas em vídeo e áudio, com a anuência e autorização dos pais e responsáveis.

O perfil socioeconômico

Dos 67 participantes da pesquisa, 26,9% eram de Assunção (Paraguai), 20,9%, de Buenos Aires (Argentina), 31,3%, de Salvador e 20,9% de São Paulo (Brasil). Os meninos eram maioria (59,7%), bem como os que se declararam de cor branca (64,2%). Católicos representaram mais da metade dos entrevistados, seguidos de evangélicos e testemunhas de Jeová.

Tabela 2

ENTREVISTADOS, POR COR DA PELE	
Branco	64,2%
Pardo	22,4%
Negro	10,4%
Amarelo	3,0%

Tabela 3

ENTREVISTADOS, SEGUNDO SUA RELIGIÃO	
Católica	49,3%
Evangélica	22,4%
Testemunha de Jeová	6,0%
Nenhuma/ Não tem	11,9%
Não respondeu	10,4%

Quanto ao nível de ensino que estavam cursando (ou no qual interromperam os estudos), 55,9% dos participantes responderam de 1ª a 4ª série, e 35,6%, de 5ª a 9ª série, do ciclo fundamental.

A maior parte dos adolescentes (74,6%) vem de famílias pequenas, morando na mesma casa com até dois irmãos. A grande maioria vive também com as mães (89,6%) e com os pais (71,6%). Os dados permitem inferir, portanto, que grande parte dos entrevistados integra famílias nucleares, contando com a presença das figuras paterna e materna, poucos irmãos e sem a agregação de outros tipos de parentes – perfil bastante distinto do usualmente encontrado em grupos focais já realizados pela ANDI envolvendo meninos e meninas sem deficiência.

Tabela 4

PESSOAS COM AS QUAIS VIVE NA MESMA CASA	
PARENTESCO	%
Pai	71,6%
Mãe	89,6%
Padrasto	3,0%
Avô	4,5%
Avó	14,9%
Irmãos	73,1%
Primos	11,9%
Tios	13,4%
Outros	6,0%

* A tabela pode somar mais de 100%, por ser uma variável de múltipla escolha.

No que se refere ao extrato social, 55,6% dos jovens eram provenientes de famílias de baixa renda, enquanto 44,4% pertenciam às classes média e alta. Quase dois terços dos entrevistados (63,5%) afirmaram residir em casas próprias, enquanto 22,2% vivem em imóveis alugados. Cerca de 60% possuem apenas um banheiro em casa.

As residências dos adolescentes ouvidos dispõem, na grande maioria, de geladeira, tevê em cores, rádio, aparelho de DVD e telefone celular. Pouco mais da metade (58,2%) afirmou possuir automóvel, e menos ainda (43,3%) dispõem de serviço de tevê a cabo. Muitos têm computador (64,2%), mas nem todos contam com acesso à internet, item reservado a 47,8% dos participantes.

Tabela 5

ENTREVISTADOS, CONFORME POSSE DE BENS DE CONSUMO	
Teve branco e preto	9%
Teve em cores	94%
Rádio	83,6%
Automóvel	58,2%
Geladeira	94%
Aspirador de pó	22,4%
Videocassete	34,3%
DVD	76,1%
Computador	64,2%
Acesso a internet	47,8%
Teve a cabo	43,3%
Telefone Celular	91,1%

* A tabela pode somar mais de 100%, por ser uma variável de múltipla escolha.

Quanto à escolaridade dos pais – fator de reconhecido impacto sobre as condições e qualidade de vida de crianças e adolescentes – 35,8% dos entrevistados não souberam responder até que série sua mãe havia estudado. Outros 16,4% deixaram a questão em branco. Entre os que responderam, a grande maioria indicou grau de instrução materna até o Ensino Médio.

Tabela 6

GRAU DE INSTRUÇÃO DAS MÃES	
1ª - 4ª série – Ensino Fundamental	11,9%
5ª - 9ª série – Ensino Fundamental	11,9%
Ensino Médio	13,4%
Ensino Médio completo	3,0%
Superior	7,5%
Não respondeu	16,4%
Não sabe	35,8%

Dona-de-casa é a atividade mais citada(39%). Dentre as que exercem alguma profissão fora do lar, poucas ocupam funções que exigem um maior nível de qualificação – fato condizente com os dados sobre escolaridade, acima apresentados.

Tabela 7

MÃES DOS ENTREVISTADOS, POR PROFISSÃO	
Dona-de-casa	39%
Empregada doméstica	11,9%
Enfermeira	6,8%
Vendedora	5,1%
Costureira	3,4%
Cozinheira	3,4%
Trabalha em padaria	1,7%
Professora	1,7%
Dentista	1,7%
Criadora de cães	1,7%
Fotógrafa	1,7%
Médica	1,7%
Contadora	1,7%
Aeroviária	1,7%
Docente	1,7%
Não sabe	15,3%

Quanto aos pais, mais de um quinto (21,1%) dos entrevistados não soube precisar sua ocupação ou profissão. Entre os que apresentaram tal informação, a maioria identificou-os em atividades que não exigem maior qualificação, a exemplo do perfil materno verificado.

Tabela 8

PAIS DOS ENTREVISTADOS, POR PROFISSÃO*	
Vendedor	8,8%
Aposentado	5,3%
Taxista	5,3%
Segurança	3,5%
Professor	3,5%
Metalúrgico	3,5%
Engenheiro	3,5%
Empresário	3,5%
Técnico de ar condicionado	1,8%
Advogado	1,8%
Operário	1,8%
Trabalha em obras da prefeitura	1,8%
Pizzaiolo	1,8%
Feirante	1,8%
Motorista	1,8%
Bombeiro	1,8%
Trabalha em Casa de Cambio	1,8%
Agente financeiro	1,8%
Trabalha com computador	1,8%
Cobrador	1,8%
Serviço de limpeza urbana	1,8%
Garçom	1,8%
Guarda	1,8%
Pedreiro	1,8%
Médico	1,8%
Zelador	1,8%
Não trabalha	5,3%
Não sabe	21,1%

*5,3% dos respondentes afirmaram que o pai era falecido.

CONSUMO DE INFORMAÇÃO E RELACIONAMENTO COM A MÍDIA

Para os adolescentes que participaram do estudo, os círculos sociais mais próximos são altamente considerados quando o assunto é aprender ou saber de algo novo. Mais, inclusive, do que os próprios meios de comunicação. Em 71,6% das respostas, os meninos e meninas entrevistados apontaram a escola como muito importante nesse processo, seguida da família (65,7%) e dos amigos (56,7%). Entre os grupos/instituições pesquisados, a igreja foi a menos mencionada.

Tabela 9

PESSOA / INSTITUIÇÃO	POUCA IMPORTÂNCIA	IMPORTÂNCIA MÉDIA	MUITO IMPORTANTE
Família	6,0%	19,4%	65,7%
Escola	9,0%	7,5%	71,6%
Igreja	29,95	16,4%	35,8%
Amigos	7,5%	25,4%	56,7%

Com relação aos veículos de comunicação de maneira geral, televisão e internet são privilegiados frente aos demais, sendo sinalizados como muito importantes. Vale ressaltar que, conforme esperado, participantes com deficiência visual e auditiva relataram, respectivamente, dificuldades em se informar por meio de jornais e revistas e pelo rádio.

Tabela 10

VEÍCULO	POUCA IMPORTÂNCIA	IMPORTÂNCIA MÉDIA	MUITO IMPORTANTE
Televisão	20,9%	20,9%	46,3%
Rádio	37,3%	13,4%	32,8%
Jornal	26,9%	20,9%	32,8%
Revistas	25,4%	26,9%	32,8%
Internet	26,9%	11,9%	46,3%

Quanto à frequência no consumo de informação por intermédio dos meios de comunicação, as respostas às entrevistas individuais apontaram que quase metade dos ouvidos (46,9%) nunca lê jornais. Cerca de 56% lê revistas com uma frequência de até três vezes por mês e 39,3% sintonizam seus rádios até três vezes por semana. Mais da metade (53,1%) do total de entrevistados permanece em frente ao aparelho de tevê mais de três horas por dia.

Tabela 11

FREQUÊNCIA DE LEITURA DE JORNAIS	
Nunca	46,9%
1 vez/semana	34,4%
2 a 3 vezes/semana	9,4%
Sempre	9,4%

Tabela 12

FREQUÊNCIA DE LEITURA DE REVISTAS	
2 a 3 vezes por mês	40,3%
Nunca	35,5%
1 vez por mês	16,1%
Sempre	8,1%

Tabela 13

FREQUÊNCIA DE AUDIÇÃO DE RÁDIO	
Sempre	31,1%
Nunca	29,5%
1 vez por semana	21,3%
2 a 3 vezes por semana	18,0%

Tabela 14

ENTREVISTADOS, POR CONSUMO DE TEVÊ DIARIAMENTE	
Menos de 2 horas	26,6%
De 2 a 3 horas	20,3%
De 3 a 5 horas	37,5%
Mais de 5 horas	15,6%

Seleção crítica de conteúdos

Nos grupos focais que mencionaram o ambiente escolar como espaço importante para a aquisição de conhecimento, percebeu-se maior disposição dos participantes para selecionar os conteúdos informativos.

Grupos que destacaram o binômio família-mídia como importante fonte de informação também apresentaram uma postura mais crítica diante da tevê, inclusive queixando-se de não se sentirem representados. Houve ainda grupos focais nos quais os jovens apresentaram noções claras do que consideravam conteúdos adequados e inadequados para certas faixas etárias.

A reunião dessas falas demonstra a heterogeneidade e potencialidades de leitura desses telespectadores e seus hábitos de consumo midiático: “Falamos com nossa professora dessas coisas. Do que está

passando no país, de como melhorar nossa capacidade. Se fala muito também de trabalho e saúde”, diz uma jovem argentina. “Dos noticiários e jornais, tiramos o mais importante”, argumenta outra. Um colega focaliza a rede mundial de computadores: “na internet, no jornal, na rádio, na tevê, no celular. As informações são fáceis de encontrar”. Seu colega mescla família e tecnologia. “Se preciso buscar algo que meus pais não sabem, vou à internet, mas sempre pergunto antes a eles. Eles são muito bons, meu pai é muito bom, sempre entende. Deitamos na cama e conversamos. Qualquer dúvida que tenho, pergunto e ele me conta um montão de coisas”. Um adolescente de São Paulo sinalizou a seleção de consumo por faixa etária: “Eu gosto mais de *Sete Monstrinhos* e *Cocoricó*, porque esses programas são bons para crianças de dois a cinco anos”.

Preferência na tevê

De acordo com os meninos e meninas ouvidos, entre as atrações disponíveis na tevê a preferência é por desenhos animados (36,1%). Em seguida, aparecem as novelas (21,3%) e as notícias (11,5%).

Embora a maioria dos entrevistados (60,3%) não possua aparelho de televisão exclusivo, percebe-se a influência desse veículo no consumo de produtos. Quase dois terços (64,1%) dos garotos e garotas disseram já ter adquirido algum produto exibido em propagandas e comerciais na tevê. Os itens mais mencionados foram brinquedos, aparelhos de telefone celular, DVDs e videogames.

Além da influência da televisão nas práticas de consumo, os questionários buscaram identificar os hábitos dos adolescentes enquanto telespectadores. Quando ligam o aparelho, por exemplo, os meninos e meninas afirmam tanto ir diretamente aos canais prediletos quanto “zappear” (50% a 50%). Apesar disso, mais de dois terços (67,7%) disseram que, quando começam a assistir a um programa, vão do início ao fim – comportamento não muito diferente do geralmente encontrado em outros grupos focais já conduzidos pela ANDI.

Diante da telinha, os participantes da pesquisa dizem ainda comer (35%), conversar (26,7%) e fazer tarefas escolares (20%). Um décimo dos respondentes afirmou que usa o computador e um terço assegura apenas assistir à tevê. Essa é uma informação importante, pois contraria – pelo menos para os grupos em questão – a hipótese, bastante difundida, de que os adolescentes podem ser definidos por um perfil multimídia (assistem à tevê ao mesmo tempo em que fazem uso de diversas outras mídias).

A deficiência na tela

Como já explicado, antes de integrarem os grupos focais, os participantes da pesquisa passaram por entrevistas individuais. Durante essa atividade, foram estimulados a lembrarem da presença de pessoas com deficiência no âmbito do noticiário e do entretenimento midiático.

Indagados sobre qual teria sido a última vez que viu, leu ou ouviu uma notícia relacionada a essa população, 17,7% dos meninos e meninas responderam que há menos de uma semana, 12,9% há menos de um mês e 22,6% há menos de seis meses (o que totaliza 53,2%). Outros 24,2% disseram não se lembrar (apesar de já ter visto, lido ou ouvido algo nesse sentido) e 22,6% afirmaram nunca ter se deparado com notícia sobre o assunto.

É importante salientar que, durante os grupos focais, a recordação dessas reportagens não se deu de forma tão contundente. Conforme será detalhado mais adiante, durante as discussões os adolescentes foram novamente solicitados a falar sobre notícias que teriam visto, lido ou ouvido – porém, dessa vez oferecendo detalhes sobre as mesmas. Raros foram os participantes que conseguiram, efetivamente, se lembrar de alguma notícia.

No caso do entretenimento televisivo, a visibilidade de pessoas com deficiência mostra-se mais elevada, embora não muito significativamente: 56,9% dos jovens entrevistados responderam já ter visto algum personagem com essa característica na tevê. Assim como no caso da mídia noticiosa, os adolescentes também apresentaram dificuldades em se lembrar mais detalhadamente desses personagens quando instados para tal.

Adolescentes, antes de tudo

Embora a pesquisa tenha sido realizada com a participação de meninos e meninas de três distintos países da América Latina, muitas das respostas apresentadas traziam traços comuns, o que demonstra largos espaços de convergência entre os participantes. De maneira geral, nem mesmo a diferença de idioma pesa: o jovem com deficiência brasileiro não se mostrou tão distante do argentino ou do paraguaio no que se refere às suas percepções sobre os conteúdos televisivos em geral.

Espectadores de atrações da tevê aberta e a cabo, os meninos e meninas mencionaram diversos programas comuns e demonstraram consumir produtos dos mais diversos tipos, dirigidos inclusive a faixas etárias que não as suas. De um a outro lado, eles rechaçam temas como violência, pobreza e conteúdos apelativos em geral. Outra característica semelhante foi a pouca segurança na proposição de mudanças nas grades de programação – embora tenham, majoritariamente, se mostrado preocupados com os conteúdos exibidos na tevê

As diferenças de percepção e opinião mais evidentes se dão no comparativo entre os grupos de baixa renda e os de média/alta. De maneira geral, esses últimos dispunham de mais recursos midiáticos e suas manifestações acerca dos conteúdos mostraram-se relativamente mais elaboradas.

No conjunto, entretanto, as opiniões dos adolescentes com deficiência não permitiram determinar que haja um perfil específico de consumo ou percepção midiática desses jovens, quando comparados aos outros indivíduos da mesma faixa etária. Como concluiu o consultor da pesquisa, Romeu Sasaki – que há quatro décadas se dedica ao estudo das mais diversas questões sobre deficiência e que acompanhou todos os grupos –, “os adolescentes com deficiência são, antes de tudo, adolescentes”.

Mais janela que espelho

Mais do que mostrar diferenças entre os distintos perfis de adolescentes ouvidos, o estudo deixa em evidência o fato dos jovens com deficiência pouco se enxergarem na televisão – seja porque os produtos de informação e entretenimento os retratem de maneira escassa, seja porque os próprios adolescentes não percebiam tais menções.

Em vários momentos dos grupos focais, os participantes disseram identificar, com alguma frequência, a presença de crianças e adolescentes enquanto personagens de atrações televisivas. Raramente, porém, fizeram menção a meninos e meninas – ou, até mesmo, a adultos – com deficiência. Ao que indica a pesquisa, ao menos para os jovens entrevistados, a rima adolescência-deficiência parece não se efetivar. Para esse grupo populacional, a telinha da tevê acaba funcionando mais como janela do que como espelho.

Aqui se encontra, portanto, um dos alertas mais importantes advindos da realização dos grupos focais: na imensa maioria dos casos, os adolescentes entrevistados – individualmente ou em grupo – somente trouxeram à tona discussões, reflexões, exemplos sobre pessoas com deficiência quando foram diretamente solicitados a fazê-lo. Do contrário, a deficiência não aparecia em suas narrativas sobre televisão ou jornalismo em geral, sobre o que gostam e o que não gostam de ver e, até mesmo, na configuração do que deveria ser uma programação televisiva ideal segundo suas próprias perspectivas.

A TRÍADE MÍDIA · ADOLESCÊNCIA · DEFICIÊNCIA

As sessões dos grupos focais foram conduzidas conforme um roteiro básico de questões, elaborado previamente. O questionário trazia sete pontos, abordando as seguintes temáticas: preferências e não-preferências de consumo audiovisual; modalidades de acesso à informação; sugestões para uma programação ideal na tevê; percepção de notícias com pessoas com deficiência; aprovação ou não dessas notícias; e identificação de personagens com deficiência em um desenho animado.

A proposta foi dividir o trabalho de discussões em dois momentos distintos. De início, colher informações sobre as preferências dos participantes. Em seguida, entrever suas percepções sobre a presença de pessoas e personagens com deficiência na programação informativa ou diversional. As primeiras questões, portanto, estavam relacionadas ao que os adolescentes gostavam de assistir e o que desaprovavam. As respostas abriram um leque variado de produtos e gêneros, o que sinaliza também a diversidade dos hábitos de consumo entre essa população.

Os jovens da pesquisa mencionaram espontaneamente desenhos animados, telenovelas, programas de auditório e noticiosos, além de filmes de ação e de terror. Esses meninos e meninas consomem conteúdos que reconhecem ser educativos, cômicos, esportivos, violentos, “eróticos”, divertidos e apelativos. Alguns chegaram a dizer que seus pais exercem algum controle sobre as atrações assistidas, mas as discussões realizadas no âmbito dos grupos focais mostraram que essa preocupação não é o padrão nas famílias.

Como era de se esperar, a elaboração das respostas em grupo acabou por influenciar a linha de raciocínio de muitos adolescentes. Assim, em São Paulo, a menção de rechaço à propaganda eleitoral obrigatória por um dos participantes foi avalizada por outros; em Salvador, um dos grupos, em coro, reprovou o programa *Domínio do Faustão*; em Assunção, houve uma acalorada discussão sobre futebol; em Buenos Aires, a participação de alguns dos jovens em um protesto público foi alvo de discussões. De modo geral, funciona dessa maneira: eventualmente, um dos participantes puxava o fio do novelo e os outros continuavam na mesma direção.

O brinquedo e a paquera

Como sabemos, a adolescência é uma fase da vida que mescla hábitos de consumo ainda característicos da infância – como o gosto por desenhos animados e a preferência por personagens desse universo – e hábitos de adultos, como a atração por telenovelas ou *reality shows* movidos por um embrião de *sex appeal*. Assim como os demais indivíduos de sua faixa etária, os jovens que participaram do estudo apontaram os interesses característicos, e por vezes incongruentes, dessa população.

Duas falas de grupos focais distintos ajudam a exemplificar essa análise. Um adolescente de baixa renda de Assunção reconhece assistir ao programa *Bailando por un sueño* porque nele “há meninas lindas”. Uma participante de Buenos Aires afirma acompanhar a telenovela *Maria do Bairro* porque ela ensina a “lidar com os rapazes”. A jovem diz gostar da trama por assemelhar-se a um conto de fadas, o que a deixa “encantada”.

Indagados sobre suas preferências na tevê, os garotos e garotas entrevistadas mencionaram diversas atrações e canais. Do seriado *Chaves* ao desenho *Tom & Jerry*, passando por filmes como *Rambo* e a novelinha infanto-juvenil *Cási Angeles*, da Argentina. Foram lembrados também os canais Discovery Kids e National Geographic, sem esquecer as emissoras abertas de cada um dos países.

As meninas demonstram mais gosto por atrações românticas, ao passo que os garotos optam por filmes de ação e terror, além de programas de luta. Entre um canal e outro, jovens dos diferentes grupos focais lembraram de desenhos animados, de personagens imaginários e de brincadeiras. Em várias ocasiões, os adolescentes disseram preferir certas atrações, como os desenhos de *Tom & Jerry* ou *Chaves*, porque esses os divertiam com suas perseguições e molecagens, semelhantes aos das crianças da realidade.

Apesar de contarem com traços que os remetem à infância, os participantes da pesquisa vez ou outra trazem discursos reveladores de uma sexualidade adulta emergindo. Assim, não só as imagens de bichos chamam a atenção no canal a cabo Animal Planet, mas também “como casam os animais”, conforme relata um adolescente paraguaio. Uma garota do mesmo país reconhece, em meio a risos, que assiste ao *Bailando por un sueño* para ver os rapazes.

O interesse pelo sexo oposto, no entanto, ainda se mostra tímido numa análise geral. Em alguns casos, há manifestações ostensivas de moralismo no que se refere ao assunto. Em um dos grupos focais realizados no Paraguai, por exemplo, uma adolescente foi perguntada se gostava de telenovelas. A resposta foi decisiva: “não, porque nelas se beijam”. Um colega que participava dos debates concordou: “as novelas mostram coisas que um menino não tem que ver... coisas... coisas que não devem passar na televisão. Não posso dizer a palavra porque é muito erótico”. Indagado sobre que conteúdos eram aqueles, o garoto foi genérico: “provas de amor”. Segundo ele, “crianças não têm que ver isso. Depois, os jovens copiam tudo”. Um adolescente brasileiro foi ainda mais contundente ao ser indagado sobre que atrações não lhe apetecia ver na televisão: filmes pornô.

Obedecendo às transições típicas dessa faixa etária, a infância novamente é deixada para trás no comentário de um integrante de 11 anos do grupo focal argentino. Em tom de cumplicidade, comenta com seus colegas: “quem não gosta de mulheres? Somos homens!”

Violência na tela e na vida

A exemplo dos resultados obtidos nas entrevistas individuais, os grupos focais revelaram diversidade nas respostas sobre as predileções na tevê – ainda que desenhos e telenovelas tenham sido os mais citados.

Entre as atrações infantis mais mencionadas em grupos dos três países está, conforme já dito, o seriado *Chaves*, querido porque “faz rir”, “têm personagens cômicos” e “confusões nos episódios”. As aventuras do garoto e de seus vizinhos foram mencionadas não apenas no formato de seriado – produzido há três décadas no México e ainda consumido por diversos públicos na América Latina –, mas também em sua versão mais atual, de desenho animado. Um dos participantes chegou a declarar que, freqüentemente, assiste ao seriado acompanhado por seu pai, e que ambos se divertem.

Na mesma temática de personagens que se perseguem e aprontam confusões está o desenho *Tom & Jerry*, em cartaz na televisão há décadas, repetindo a mítica rivalidade entre gatos e ratos. Os jovens dos grupos focais destacaram, divertidos, as estripulias dos animais, lembrando de golpes, ataques e outros atos violentos. O mesmo se deu com as descrições de outros desenhos como *Os Simpsons*, *Duelo de Titanes*, *Cavaleiros do Zodíaco* e *Dragon Ball Z*, os três últimos mais combativos e nada cômicos. *Os Simpsons*, por exemplo,

foi muito mencionado na Argentina e no Paraguai, com adolescentes destacando cenas na quais o personagem Bart é “estragulado” pelo pai.

Na ocasião, o moderador questionou se tais desenhos não eram muito violentos para serem veiculados na tevê e jovens dos três países demonstraram ter clareza na distinção entre violência na televisão e violência na sociedade. Um dos adolescentes reconheceu que em *Duelo de Titanes*, os personagens enfrentam-se, agriem-se (“golpes na espinha dorsal!”) e matam-se. Mas diferencia: “eles lutam entre si por causa de um cinturão de ouro”. Um colega de grupo critica: “isso não ensina nada. Não deveria ser mostrado. Não deveria existir essa luta”. Uma menina intervém: “Claro que deveria!”. O menino responde: “*Duelo de Titanes* não existe no Paraguai. Foi gravado. Se ensina algo, é a ser mal educado, a fazer coisas que não devem ser feitas. Ensina a lutar e a não respeitar”.

Em outro grupo, o moderador mais uma vez questiona se a violência dos desenhos citados não era excessiva. “Nada! Violência tem, mas não é aquelas coisas...”, diz um dos entrevistados. “Nada real”, concorda outro adolescente, ao passo que o primeiro retornou: “não é como aquilo de um bater na cara do outro”. Um colega explica: “é como no *Dragon Ball Z*. Tem muito de poder, e nós não temos poder”. Outro garoto conclui: “É exatamente o que ele falou. *Dragon Ball* é uma ficção. Tem coisas que eles fazem e a gente não faz. No caso, voar, usar poderes”, concluiu um adolescente brasileiro.

Em outra oportunidade, os entrevistados demonstram ter nitidez não só entre realidade e ficção, mas entre os tipos de violência existentes no combate esportivo e na briga de rua. Um dos adolescentes afirma sua preferência por filmes de ação e de violência, como *Rambo* e *Rocky*, ou programas de luta livre, como *Cien por ciento lucha*. O moderador provoca: “não lhes parece muito violento?” Um deles responde: “Claro! Em *Cien por ciento lucha*, não se usam luvas”. Um colega completa: “vão com as mãos nuas!”.

A diferença detectada pelos participantes do estudo entre os tipos de violência e o estatuto de veracidade dos conteúdos exibidos auxilia na compreensão de suas opiniões. Não fosse por isso, tal questão mais pareceria uma grande contradição na fala dos jovens. Afinal, se alguns consomem despreocupadamente conteúdos violentos, por que em todos os grupos focais houve queixas da presença maciça de violência na tevê?

A resposta parece estar na distinção que os próprios jovens fazem: a violência em desenhos, filmes e novelas é diferente daquela veiculada pelos telejornais. Por isso, existe mais tolerância entre os jovens quando pessoas brigam em filmes como *Velozes e Furiosos*, quando Homer Simpson enforca seu filho Bart ou quando zumbis são alvos de tiros no filme *Resident Evil*. Para os adolescentes entrevistados, a violência “da realidade” assusta mais.

Como veremos na comparação com outros grupos focais já realizados pela ANDI, é bastante comum que adolescentes repudiem a violência na tevê – especialmente a apresentada pela mídia noticiosa – e, ao mesmo tempo, consumam produtos violentos, em geral os de entretenimento.

No entanto, é imprescindível sublinhar que pesquisas internacionais têm demonstrado que ambos os tipos de violência podem afetar o comportamento futuro de crianças e adolescentes. Assim aponta a publicação *Classificação Indicativa: construindo a cidadania na tela da tevê*, coordenada pelo cientista político Guilherme Canela e realizada pela ANDI em parceria com o Ministério da Justiça:

“a Comissão de Educação Pública da Academia Americana de Pediatria salienta que a força da correlação entre violência na mídia e comportamento agressivo é maior do que a relação entre o consumo de cálcio e a massa óssea, ingestão de chumbo e baixo QI, a negligência no uso de preservativos e a infecção por HIV ou o consumo ambiental de tabaco e câncer de pulmão – associações aceitas pela comunidade médica e nas quais a medicina preventiva se fundamenta sem questionamentos”.

COMPORTAMENTO-PADRÃO

A aversão à presença da violência real na tevê, manifestada pelos participantes da pesquisa, ecoa idêntica à opinião de adolescentes sem deficiência. Em outras duas pesquisas realizadas pela ANDI, a violência não apenas foi alvo de queixas dos participantes, como também converteu-se em fio condutor dos discursos dos adolescentes.

O primeiro estudo, realizado em julho de 2003, contou com sete grupos focais, envolvendo meninas e adolescentes trabalhadoras e ex-trabalhadoras domésticas de quatro cidades brasileiras (entre as quais Salvador). Na ocasião, a violência foi motivo de divisão entre as turmas: alguns jovens disseram assistir a programação violenta porque viam um retrato da realidade; outras afirmaram repudiar o uso abusivo da violência por programas jornalísticos. Destacamos duas falas que confirmam uma reação à exploração de conteúdos violentos:

- “O que eu não gosto é do programa *Cidade Alerta*, porque gosta muito de fazer sensacionalismo e violência. Eu também não gosto de violência, embora seja a realidade, mas eu acho que de triste já basta a vida”
- “Eu odeio o programa *Linha Direta*. Eu sei que é a realidade, mas é uma realidade muito nua e crua”

No segundo estudo – realizado também em 2003 e ouvindo adolescentes e jovens de 10 a 19 anos e de três cidades brasileiras – a violência também foi espontaneamente mencionada como aversiva. Durante os debates – que tiveram como enfoque a conteúdo televisivo dedicado ao público juvenil –, alguns participantes afirmaram que programas policiais como *Cidade Alerta* e *Linha Direta* trazem uma realidade “crua e real demais”. Vejamos algumas falas desses adolescentes sem deficiência:

- “O que eu não gosto de assistir é *Cidade Alerta*. Mostra muita violência”.
- “Eu gosto de ver *Malhação*. Não perco um programa. O que não gosto é de programas que têm violência. Já tem tanta violência no mundo. Pra quê ficar mostrando mais ainda na tevê?”
- “O que eu não gosto são os programas que estimulam a violência e a destruição da cultura”.
- “Eu não gosto de assistir violência porque já basta o que a gente está vivendo. Mas parece que a televisão aumenta cada dia mais a violência”
- “Também não gosto muito de ver esses programas tipo do Datena. Apesar de mostrar a realidade, só mostra a violência, a morte, pessoa que foi assaltada, seqüestrada. É a realidade, só que eles só querem mostrar isso, só querem ganhar ibope mostrando tragédia. Não gosto”.
- “Eu não gosto de assistir programas de violência. Eu odeio violência”

Atração e repulsa

Indagado sobre quais assuntos mais gostava de acompanhar nos telejornais, um jovem de Salvador foi objetivo: sobre violência. Segundo ele, seu noticiário preferido é o *Bahia Meio Dia*. Durante os dois grupos realizados na capital baiana foram feitas menções a programas locais nos quais o estilo espalhafatoso e irascível do apresentador prevalece. Um deles é o *Balanço Geral*, no qual um apresentador anuncia notícias policiais, chama a atenção das autoridades, queixa-se da insegurança, brada e bate constantemente a mão na bancada do estúdio. O responsável pelo programa fala grosso, cobra soluções para a comunidade, mostra valentia. Sua personalidade se sobressai tanto que encobre o nome da atração, que sequer é lembrado pelos jovens, sendo denominada de “programa do Varela”.

Entre os argentinos, o tema da violência na televisão também causou discussões. Um dos participantes disse não gostar de assistir às partidas do time de futebol argentino River Plate por conta desse aspecto. “Não gosto. Sempre tem muita violência, essas coisas de sangue. É feio, me incomoda!”. Um colega de grupo lembrou de outras atrações que têm a violência como protagonista, como no programa *Policías em Acción*, no qual a câmera segue de perto diligências e batidas policiais. Ainda durante os debates realizados em Buenos Aires, outro jovem anunciou: “não gosto de ver os jogos e menos ainda de violência. Agora, a violência está no campo, na rua”. O debate ganha mais caldo quando outro participante passa a narrar uma partida assistida na tevê, na qual foram transmitidas brigas e insultos entre integrantes do time argentino.

Violência social

Na Argentina, as meninas acrescentam queixas contra outro tipo de violência, vista comumente nos noticiários: a social. “Gosto de assistir aos telejornais para ver o que se passa, mas depois me dá uma tristeza. Muitos não têm casa, lutaram, brigaram ou fizeram algo. Isso me deixa um pouco triste. Às vezes, fico pensando que existem crianças que vivem nas ruas sofrendo, porque não têm moedas”, desabafa uma adolescente. E continua: “Me irrita que os pais não sejam responsáveis por seus filhos. Se fossem minhas crianças, eu estaria com elas, mas à procura de um trabalho, dando mais tempo a elas”. O moderador pergunta se essas cenas aparecem muito frequentemente na tevê ou em outras mídias. “Sim, se vê muito. Me dá tristeza porque são os pais que os mandam trabalhar e são coisas de que eu não gosto”.

O relato provoca a fala de outra adolescente. “Eu queria opinar sobre o que ela disse. Fiquei ouvindo e não assisto muita televisão. Mas o

Ainda que a discussão sobre pobreza e exploração, bem como as diversas formas de violência que afetam a infância, tenha sido especialmente contundente na Argentina, o tema apareceu, invariavelmente, em todos os grupos de trabalho:

Yo voy a hablar de unos niños pobres, porque a mi colegio vas a ver muchos niños que no tienen padre, algunos no le ven a los padres, le dejan solo, es impresionante como es el país, eh... no tiene que comer, piden plata... piden plata, algunos limpian... vidrios eh... impresionante como es el país, hay muchos niños que no tienen que comer, no tienen madre, no tienen padre... Hay muchos que se mueren de hambre [en la televisión]... – Adolescente paraguaio

Que los niños en la calle tengan donde dormir, que tengan buena familia, que tengan para comer y que tengan alguien para cuidarlo por que los niños siempre están en problemas ... – Adolescente paraguaio

que está passando aqui neste país não tem a ver com as crianças em situação de rua, mas com os adultos, os pais. Você vê um menino de quatro ou cinco anos pedindo moeda, e quando ganha o dinheiro, usa para comer”. A conversa contagia os participantes. “Eu vejo que tem gente morta e ferida”, diz um. Uma colega interfere, afirmando que as crianças só pedem dinheiro nas ruas porque os pais as obrigam: “isso não me parece nada bom”. Outro jovem dá continuidade: “A tevê informa, dá notícias de meninos obrigados pelos adultos a roubar, pedir moedas. E tem famílias em que o pai manda o filho buscar moedas e trazer para casa. Depois, o pai o que faz? Vai a um supermercado ou quiosque e compra bebidas”. Os jovens exibem um misto de compaixão e indignação, provocados pela identificação com personagens reais próximos de suas idades. A tevê se assemelha a uma vitrine, uma janela por onde assistem tais cenas.

A reclamação dos participantes argentinos cresce, assumindo proporções em que os temas políticos se sobressaem. Vale destacar que as condições dos sujeitos dessas falas – adolescentes e com deficiência – não aparecem em suas queixas. Seus discursos mais parecem os de adultos, já desacreditados da política. “Este país nunca vai se arrumar. Nunca porque sempre vai estar como está. Se, no dia de amanhã, eu tiver um filho, não vou deixá-lo sozinho quando for trabalhar. Vou deixar com minha mãe ou minha irmã. Me deixa furioso ver bebês indo a pracinhas pedir dinheiro. Isso me dá lástima”.

Uma colega de grupo intensifica a queixa. “Tem muitos também, entre os vizinhos que protestam nas ruas, pedindo ajuda. Aos meninos que estão desaparecidos, que foram abusados... Tem mães que vendem seus filhos aos outros... As mães os vendem a outras famílias, os militares, por exemplo, como na época anterior, estou falando. E dói porque aqui, este país sempre protesta, luta, reclama que não tem trabalho, não tem comida, tem a conta de gás, de luz, o telefone que lhe cortam, sempre deve haver uma obra social para isso. Me dá raiva porque parece que estão pedindo ao governo para que não faça nada”. A saída, a mudança, parece estar na tevê, conforme a mesma jovem dirá num outro momento.

Deficiências e superpoderes

Dentre as predileções dos garotos e garotas que participaram do estudo, destacam-se também desenhos animados nos quais os personagens principais contam com poderes especiais ou ostentam comportamento heróico ou aventureiro. São os heróis de *animes* japoneses como os *Cavaleiros do Zodíaco* e *Naruto*, ou de produções como as *Meninas Superpoderosas*, *Zorro*, *Os Quatro Fantásticos*, *Ben 10*, *Padrinhos Mágicos*, *Power Rangers* e *Liga da Justiça*. Embora desenhos com outras temáticas também tenham sido lembrados (tais como *Looney Tunes*, *Bob Esponja*, *O Rei Leão* e *Pica-Pau*), as atrações focadas em personagens mais fantásticos contaram com maior atenção por parte dos meninos e meninas ouvidos.

A preferência por esses conteúdos entre os jovens entrevistados não chama tanto a atenção, visto que também fazem sucesso entre os demais públicos dessa faixa etária. Nesse sentido, e mais uma vez, os adolescentes com deficiência assemelham-se muito aos que não contam com essa característica. O aspecto revelador é que os jovens telespectadores com deficiência não parecem tratar os superpoderes como supercapacidades, e nem os heróis como seres muito mais habilitados que os humanos em geral. Ou seja, em nenhum dos grupos focais, os participantes associaram as descrições dos super-heróis a comentários sobre suas próprias condições. Não houve vitimização, nem autopiedade.

Zap! Zap!

Durante os grupos focais, os programas mais mencionadas foram os mais queridos pelos jovens. Em poucas oportunidades, os adolescentes apontaram atrações a partir de um viés negativo. Nos encontros realizados em Salvador (Brasil), uma produção foi especialmente criticada: o *Domingão do Faustão*, programa de auditório há quase 20 anos no ar e que ainda conta com muita audiência. As depreciações por parte dos adolescentes não foram dirigidas ao programa em si, mas ao seu apresentador, o comunicador Fausto Silva. “Eu odeio Faustão”, disse uma das entrevistadas. Motivada a explicar a razão, a adolescente foi taxativa: “porque ele fala muita abobrinha”. Outra adolescente reforça: “ele fala um bocado de bobagem”. E uma terceira acrescenta: “eu também não gosto. Ele corta muito os outros”. Outras falas simultâneas engrossaram o coro de desaprovação: “eu também não gosto”. “Eu odeio ele”. Em outro grupo focal na mesma cidade, a reação a Fausto Silva foi menor em quantidade, mas de igual teor: “ele não deixa ninguém falar!”

Mexericos, apelações e constrangimentos

Os grupos focais indicaram também que os adolescentes, notadamente meninos argentinos, se sentem incomodados com os chamados “programas de fofocas”, presentes nas grades de diversos canais. “Não gosto desses programas de mexericos porque sempre tem briga, quem disse o quê”, afirma um dos participantes. “Não gosto de gritaria, de baixarias”, anuncia outro. “Isso de mexericos é horrível”, comenta um terceiro. Os jovens passam a citar apresentadoras de programas desse gênero na Argentina: Susana Gimenez, Carla Conte, Nazarena Vélez etc. Vale lembrar que a repulsa a atrações com esse perfil foi também identificada em diversos outros grupos focais já realizados pela ANDI e envolvendo adolescentes sem deficiência.

Quando motivados a indicar mudanças que fariam na programação televisiva, se assim pudessem, as respostas dos jovens foram bastante parecidas. “Primeiro, eu tiraria os mexericos!”, diz um. “E eu acabaria com as fofocas!”, completa o colega. Um dos participantes argumenta que as fofocas “podem ser interessantes por precauções”. O moderador quis entender melhor. “Eu gosto de rir delas. Eu, meu pai e minha mãe sempre assistimos atrações desse tipo”, respondeu o menino. O moderador então pede um exemplo de mexerico risível. “Rimos de alguns. Não me lembro de uma fofoca boa”.

As queixas são estendidas às práticas discriminatórias muitas vezes presentes nesses programas: “não gosto porque, às vezes, colocam as mulheres em confusões. Quem ganha mais, quem ganha menos. Que nota dão para isso, ou aquilo”, diz um dos jovens. O mediador pergunta se exemplos de discriminação são frequentes na tevê. “Há, sim. Discriminação por obesidade, por exemplo”, explica um entrevistado.

Esse foi um dos raros momentos em que o tema discriminação veio à tona nos debates. Ainda assim, vale observar, a questão esteve dirigida a outros grupos (obesos, mulheres, idosos, por exemplo). Conforme dito anteriormente, a não ser quando diretamente estimulados pelo moderador, os adolescentes não se lembraram, espontaneamente, de discutir a tríade deficiência-preconceito-mídia. Um caso isolado está na declaração que se segue, de uma garota argentina:

Mira, yo me acuerdo que bueno, un día vi un programa de Marcelo Tinelli que hace... es Cantando por un sueño, y hay una chica que es ciega y empezó a cantar, imagínate Marcelo cuando vio a esta chica se mataba de risa, es un hijo de su madre, cómo puede ser. Es decir, cuando vio cantar a esta chica que tiene discapacidad, es como que ella cantó un tema de Rosana, un tema de Rosana que cantó ella, pero le dijo hola qué tal, tu nombre, bueno, yo soy tal cosa, bueno, está. Empezó a cantar y cuando... porque empiezan a joder en el programa empiezan a hinchar, y él se mataba de risa.

TEVÊ À LA CARTE

Nos grupos focais realizados nas cidades brasileiras – Salvador e São Paulo –, os organizadores da pesquisa puderam identificar, a partir de declarações espontâneas dos participantes, as percepções dos adolescentes com deficiência sobre o novo mecanismo de classificação indicativa para a televisão, implementado no País em julho de 2007. Antes do início de cada atração, as emissoras devem avisar aos telespectadores sobre os conteúdos que serão exibidos, prevenindo o consumo de cenas e conteúdos impróprios para certas idades. No anúncio da indicação, símbolos específicos informam a classificação e simultaneamente uma intérprete da Língua de Sinais Brasileira (Libras) sinaliza a mensagem às pessoas com deficiência auditiva. Na tela, também são exibidas cores que correspondem às classificações, junto a cartazes com números alusivos às idades indicadas.

A discussão sobre a classificação indicativa não estava prevista no roteiro original de condução dos grupos focais, exatamente porque o sistema não existe, no mesmo formato, no Paraguai e Argentina. Na capital baiana, a discussão sobre o instrumento de regulação surgiu a partir da manifestação de um menino com deficiência auditiva. Para ele, a televisão “deveria ser livre”, isto é, que as crianças pudessem assistir a qualquer programa. O moderador perguntou se os jovens respeitavam os símbolos que apareciam na telinha antes de cada atração. “Eu não”, disse uma. “Eu respeito”, disseram outros dois. Um colega rebateu: “não respeita não”. A maioria dos demais afirmou não cumprir as determinações. Foi o estopim para que o tema passasse a ser alvo das reflexões.

Em um dos grupos, o moderador perguntou se os jovens haviam percebido os novos símbolos e as chamadas indicativas das classificações etárias. Uma menina disse já ter visto e que, assim, “está cultural para a gente”. O moderador pergunta se ela entende a interpretação em Libras, já que possui deficiência auditiva. “Eu vejo, mas não entendo. Porque ela fala que é até a idade de 14 anos, mas eu assisto a novela. E eu não sei se é proibido”. O moderador pergunta se os pais a deixam assistir àquele programa. “Meu pai está trabalhando. Eu fico em casa só com a minha irmã. Acabo assistindo”.

Outro garoto com deficiência auditiva diz que compreende a intérprete que aparece nos anúncios na televisão, mas se queixa do tamanho da “janelinha” no qual ela aparece na tela. “É muito pequeno, não dá para enxergar direito. Poderia ser maior. É rápido, tem que fazer devagar os sinais”, reclama.

O moderador voltou-se para os garotos e garotas com deficiência auditiva e indagou se entendem com clareza a intérprete da tevê. Uma menina assentiu. Outros dois meninos negaram. A intérprete que participava da sessão do grupo focal traduziu: “Eles dizem que não conseguem

ver direito. As imagens são pequenas, às vezes ficam distorcidas. Fazem muita confusão com as mensagens apresentadas”.

Outras falas semelhantes foram apresentadas em distintos momentos dos grupos focais, o que permite identificar com maior nitidez as dificuldades que pessoas com deficiência auditiva têm diante da telinha. Uma adolescente com essa característica diz não gostar de certo desenho animado por uma razão prática: “falta identidade e legenda. E aí, eu não sei o objetivo, não entendo o desenho. É ruim para mim”. Outro adolescente desdenha dos telejornais, afinal “fala de muitos assuntos que, na verdade a gente muitas vezes não entende”. Uma jovem com deficiência auditiva apresenta um desejo que poderia ser uma solução para o problema: “Eu queria que o jornal fosse apresentado em Libras”.

Um adolescente aproveita o debate da temática e protesta em favor das crianças. Segundo ele, no programa *Casos de Família*, apenas os adultos podem participar e dar seus relatos. “Eu acho errado o que eles estão fazendo. Acho que as crianças também poderiam ir ao programa e contribuir dando sua palavra”.

A tevê ideal

Os jovens participantes da pesquisa foram motivados também a refletir sobre o que seria uma programação televisiva ideal. O moderador apresentou aos adolescentes a seguinte indagação: “como você agiria se tivesse seu próprio canal de televisão?” As respostas variaram de tons mais criativos e reivindicatórios à hesitação e absoluta falta de propostas por parte desses telespectadores. Esse comportamento, no entanto, não difere do verificado em outros grupos focais sobre mídia já realizados pela ANDI. De modo geral, em suas propostas os adolescentes tendem a reproduzir os conteúdos aos quais têm acesso cotidianamente. Isto é, na maior parte das vezes, sabem criticar o que existe, porém têm enormes dificuldades em apontar alternativas – o que não deve causar estranheza, dado o estágio embrionário, se tanto, das iniciativas de educação para a mídia nos países pesquisados.

Entre os que apresentaram sugestões, há casos de uma possível emissora composta por uma programação exclusiva de desenhos animados e “bastante Gugu [apresentador brasileiro]”. Canais só com novelas, outros só com esportes. Muitos também defenderam que modificariam as grades apresentadas, com a extinção de programas como o do comunicador brasileiro Fausto Silva e da versão em desenho animado de *Chaves*, por exemplo.

Outros “proprietários” foram mais longe em seus objetivos de reprogramar as grades televisivas. Uma menina chegou a dizer: “se eu fosse dona, podia mudar o mundo”. Outra fez um discurso político: “eu mudava a tevê toda. Não acredito muito na política, mas se estivesse na televisão, teria direito a dizer o que digo e sinto. Por mim, mudaria tudo. Se os políticos não concordassem, eu ia dizer: não estou gostando disso, mudem!”. Uma terceira manteve a empolgação: “gosto dos programas que mostram as passeatas, porque têm palavras de ordem, e se aprenderia com isso. Pode haver uma solução”.

AS SUGESTÕES DOS ADOLESCENTES

- “Se eu fosse dona de tevê, teria filme de comédia, desenho, mas não muito jornal”.
- “Eu ia ser um bom dono do SBT. A única coisa que eu não ia deixar passar era o *Chaves* em desenho animado. Tem uma parte desse seriado que eu não gosto, que é o cachorrinho Satanás. Eu não ia deixar e ponto final”.
- “No meu, ia ter comédia e filme de terror”.
- “Eu ia apresentar os desenhos da Disney”.
- “Eu ia passar filmes de terror. E também ia continuar dono, sempre dono”.
- “Eu só ia mudar os jornais. Ia ser notícia no ar”.
- “Se eu tivesse uma empresa televisionada, colocaria uns 150 canais, 30 de esportes, 40 de desenhos e 20 interativos”.
- “No meu ia ter três coisas: esporte, coisas para o público jovem e desenhos”.
- “Eu ia colocar variado. Esporte, desenhos, jornais”.
- “Eu colocava muitos filmes, de guerra e de Jesus também”.
- “Programas para mulher, onde se ensina a tratar de flores. Teria também trabalhos manuais. Seria muito útil”.
- “Se eu tivesse um programa, seria inteiro de informação. Tudo o que acontece no mundo. Informação bem detalhada, mas boa”.
- “Eu ficava parecido ao Favio Posca [personagem de telenovela Argentina], igual a ele. Quero me disfarçar como ele”.

Chama a atenção que nenhum participante de qualquer dos grupos focais realizados tenha sugerido a criação de um programa voltado diretamente para pessoas com deficiência ou que mostrasse essa realidade. Os adolescentes com deficiência são, antes de tudo, adolescentes e preocupa-lhes de imediato montar sua grade de programação com base em suas predileções: desenhos, filmes, novelas e outras atrações. No entanto, mais uma vez se confirma a invisibilidade do tema no discurso dos próprios adolescentes. Mesmo em uma oportunidade ímpar como a apresentada durante os grupos focais – na qual eles estavam livres para propor a inclusão de quaisquer tipos de programação – não surgiu uma única sugestão que remetesse a especificidades da população com deficiência.

Notícias e direitos

Talvez a ausência de uma exigência dessa natureza – conteúdos específicos para pessoas com deficiência na tevê – seja resultado de uma invisibilidade maior. Será que os adolescentes com deficiência vêem notícias que espelhem suas condições? Pessoas com deficiência são pautas nos telejornais? Os realizadores desta pesquisa questionaram aos adolescentes se traziam recordação de reportagens com essa temática, de quando teriam sido veiculadas e de que forma essas pessoas eram retratadas.

De maneira geral, as respostas apontaram ou para a escassez de matérias ou para sua ocorrência remota. Vários jovens lembravam-se apenas de trechos de reportagens, filmes ou propagandas. Raras foram as ocasiões em que os meninos e meninas articularam em suas respostas as condições de deficiência e a fase de adolescência dos retratados. “Eu vi um vídeo sobre o tema. Mostraram até uma amiga minha participando da *Corrida Desafio*. Passou na Globo. Achei bem legal”, disse um dos jovens brasileiros. Seu colega de grupo, um menino com deficiência visual, citou uma matéria sobre a Fundação Dorina Nowill para Cegos, entidade que atende pessoas cegas e com baixa visão.

Entre as reportagens mencionadas, merecem destaque as que giram em torno do tema da violação de direitos das pessoas com deficiência. Uma adolescente argentina citou, por exemplo, uma reportagem veiculada na tevê sobre o abuso sofrido por dois estudantes com deficiência em pleno transporte escolar. Uma outra lembrou de um programa de jornalismo investigativo que acompanhou um menino em cadeira de rodas na sua tentativa de viajar. Devido à sua condição, a lei assegura ao adolescente o direito de utilizar gratuitamente o transporte, em um dos assentos reservados. A empresa, no entanto, não autorizou a viagem, alegando estar em alta temporada. “A empresa vendia os assentos para turistas, lucrando com isso”.

Segundo os participantes da pesquisa, outra ocorrência bastante comum é a exploração da situação da pessoa com deficiência, com o objetivo de gerar sentimentos de compaixão e de constrangimento. Um adolescente portenho conta o caso de um programa que pedia passagens para dois meninos com deficiência. “Foram, filmaram e dois conhecidos meus apareceram na tevê”, relata, descontente com a exposição que mais pareceu humilhação. Outro jovem paraguaio lembrou de uma propaganda em que uma senhora com deficiência pedia donativos.

Invisibilidade

Para os meninos e meninas que participaram dos grupos focais, incomum é a televisão mostrar pessoas com deficiência em uma posição digna. “Como um senhor de muletas que completava 50 anos”, lembrou um adolescente

Em consonância com a cobertura normalmente mostrada nos jornais, os adolescentes ouvidos na pesquisa lembraram de casos relacionados à acessibilidade, aos esportes, às pessoas com deficiência em condições excepcionais (de vítimas ou heróis).

De acordo com a pesquisa *Mídia e Deficiência* – realizada pela ANDI e pela Fundação Banco do Brasil, com o apoio da Escola de Gente –, entre os temas mais cobertos pela imprensa escrita brasileira estão as questões de acessibilidade (13,8%) e violência (8%), dentre cerca de 20 assuntos pesquisados.

de Assunção. Mais raro ainda é a tevê retratar pessoas com deficiência na reivindicação de seus direitos. Um exemplo foi dado por um grupo de jovens: “fomos a uma passeata, para dar um abraço [simbólico] no Congresso Argentino pelos direitos dos deficientes”, iniciou um deles. Outro completou: “Como eu estava de muletas, tiraram fotos de mim”. E emenda: “É bom e certo também que façam isso pelos deficientes. Desrespeitam tanto nossos direitos que há pessoas que não nos deixam subir nos coletivos, que às vezes passam direto. Essa passeata, na verdade, foi esplêndida!”

Outro exemplo de angulação positiva de matéria jornalística foi o caso dos Jogos ParaPan-Americanos de 2007. Um adolescente com deficiência visual lembrou dos cegos que jogavam bola e uma menina com deficiência auditiva explicou que os atletas se orientavam pelo barulho da bola em campo. Foram lembradas ainda outras modalidades esportivas, além da performance dos atletas em cadeiras de rodas.

Personagens marcantes

É curioso notar que a visibilidade das pessoas com deficiência cresce quando se desloca o foco do jornalismo para o entretenimento, especificamente para a ficção. Os adolescentes lembraram com mais facilidade de personagens com deficiência retratados em telenovelas e desenhos animados – talvez porque seja mais cativante o universo da ficção ou ainda porque tais personagens permaneçam por mais tempo no ar. O fato é que alguns foram facilmente mencionados. Para outros, foi preciso um estímulo extra do moderador.

Vale ressaltar que esse tipo de menção foi mais relevante nos grupos realizados no Brasil. O *merchandising* social incluído nas telenovelas (especialmente as da Rede Globo), em histórias em quadrinhos, programas infantis e filmes acabou impactando a opinião dos participantes oriundos de Salvador e São Paulo.

Entre os adolescentes dos grupos focais brasileiros, destacaram-se dois personagens de telenovelas: Jatobá, o simpático cego vivido pelo ator Marcos Frota na novela *América*, e Clara, a garotinha com síndrome de Down de *Páginas da Vida*, ambas exibidas há poucos anos na tevê aberta em âmbito nacional. Suas deficiências foram identificadas com facilidade pelos jovens e os personagens foram sempre descritos com qualidades positivas. Clara, por exemplo, foi considerada “legal”, “bonita”, “muito mais desenvolvida”, “muito inteligente”. A identificação com a personagem foi tanta que uma participante da pesquisa chegou a dizer que “Clara era igual a mim”.

Foram listados ainda os personagens Gabrielzinho e Flor, também de *América*; Joana, da novela *Chiquititas*; Luca, personagem com deficiência da *Turma da Mônica*; Francesca, uma cadeirante da *soap opera Malhação*; e Mauro, amigo com deficiência visual do personagem Júlio, em *Cocoricó*.

O Júlio chegava da escola e ele foi fazer lição na casa do Júlio, aí ele estava usando uma reglete. Chega o Caco, que é o papagaio, e perguntou o que era aquilo. E aí ele falou. E quando ele foi guardar o material, o Caco perguntou para o Júlio porque ele guardava o material sem olhar. Aí o Júlio falou. – Adolescente brasileiro

Na Turma da Mônica tem um garoto chamado Luca, ele é um personagem novo, que o Maurício de Souza criou. Esse daí eu gostei, porque o próprio desenho está representando uma pessoa com problema físico. Marcou toda criança do mundo que tem deficiência. – Adolescente brasileiro

Demonstraram menos memória os participantes dos grupos focais realizados no Paraguai. Nenhum personagem teve seu nome mencionado, apenas descrições vagas. Um jovem citou uma novela que tinha um rapaz em cadeira de rodas. Ele havia sofrido um acidente de trânsito. Outro menino lembrou de uma novela chamada *Rubi*, cuja personagem-título tinha uma irmã com deficiência física, vítima de um empurrão na escada. Duas adolescentes lembraram ainda de um filme com um homem cego que queria assassinar todos.

Entre os argentinos, nos dois grupos, foi lembrado o personagem Juan, da telenovela *Son de Fierro*. Ex-professor, ele é cego, demonstra ter bom caráter e inspira alguma compaixão do público, já que foi adotado e está enamorado por uma aluna. Outros dois personagens cegos foram apontados pelos jovens da pesquisa: Osvaldo Laport, da novela *Custodio de este amor*, e o personalíssimo oficial vivido por Al Pacino no filme *Perfume de Mulher*.

Como uma das atividades finais realizadas no âmbito dos grupos focais, o moderador quis verificar como meninos e meninas se comportavam diante de um desenho animado que trazia personagens com deficiência. Para isso, foi exibido um episódio de *Clifford, o cachorrinho*⁴. Se antes os adolescentes foram provocados a citar de memória personagens de novelas ou desenhos que tivessem deficiência, agora, o desafio era assistir ao episódio e destacar algo semelhante.

Na maioria dos oito grupos focais, houve hesitação, insegurança e confusão na descrição dos personagens e da trama. O moderador perguntou sobre a existência de pessoas com deficiência naquele desenho animado [para além do episódio específico apresentado], mas nem todos conseguiram identificar esse elemento na história. Há participantes que se prenderam mais ao enredo, esquecendo-se de registrar se havia ou não personagens com deficiência. Outros até afirmavam existir algum personagem com esse perfil, mas foram vagos e superficiais. Uma jovem respondeu: “ele é magrinho assim. Tem síndrome de Down, sei lá” – quando, na verdade, o personagem é cadeirante.

Por outro lado, alguns adolescentes conseguiram não só identificar a personagem cega no episódio exibido, mas também a cachorrinha que lhe servia de guia. Um garoto com deficiência auditiva disse, por meio de seu intérprete: “Achei interessante a mulher que não enxergava. Embora não conseguisse ver, ela conseguiu notar o problema da flor, que estava morrendo porque a água a estava encharcando”. Outro adolescente com a mesma deficiência completou: “É a história do cão-guia. Ele ajuda o cego a se locomover. Ele dá informações e respeita os sinais do dono”.

Motivados a acrescentar comentários à história, outros quatro jovens descrevem o que extraíram do desenho animado. “Acho que a idéia é mostrar que deficiente visual não é inútil. A menina pensou que ela não poderia ver como são as plantas, mas ela tinha uma técnica”, disse o primeiro. “As pessoas acham que deficiente visual não pode fazer nada, mas pode fazer tudo o que quiser. Com o aparelho certo, pode fazer tudo. Seja cão-guia, bengala, braile ou reglete”, completou o segundo. O moderador indaga se é importante que desenhos tratem desses assuntos. “Sim, educa as crianças ainda pequenas, para não discriminar quando for maior”. Um terceiro participante intervém: “O desenho também mostra que não tem essa coisa de preconceito, né? Se uma pessoa é deficiente, ela vai ser para o resto da vida. Isso não tem como curar, e esse é o exemplo que estão dando”. Um quarto menino conclui. “O desenho serve de exemplo, para incentivar as crianças menores a não terem preconceito quando vêem um deficiente”.

⁴ Por problemas técnicos, o desenho não pode ser exibido nos grupos de Assunção e Buenos Aires, ele foi apenas descrito pelo moderador.

PAUTANDO A MÍDIA

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos grupos focais buscaram também promover debates acerca do que os jovens com deficiência gostariam de encontrar na mídia em termos de reportagens. Uma menina paraguaia foi direta: “queria ver meninos surdos na tevê. Nunca vi isso”. Seu colega de grupo prefere ver notícias sobre esportes para deficientes. “Existem muitos jogos para surdos, como *softball*, Olimpíadas e etc”. Outro garoto disse que esperava ver na mídia que as coisas vão melhorar para as pessoas com deficiência: “todos têm seus direitos”.

Vale observar que, ao serem indagados sobre como gostariam que o tema deficiência fosse apresentado na tevê, os jovens dos três países adotaram, de maneira geral, uma perspectiva mais propositiva, de busca de soluções.

As proposições desses jovens telespectadores, conhecedores de causa das dificuldades cotidianas de um adolescente com deficiência, podem servir de pauta para as redações dos três países nos quais a pesquisa foi realizada:

- “Gostaria de ver notícias de que é possível ter menos degraus e mais rampas, já que existem os que têm problemas e não podem subir”.
- “Informação para ajudar os deficientes. Assim como fazem alguns programas que disponibilizam um número telefônico para receber ajuda”.
- “Querida ver uma reportagem sobre um menino que tem dificuldades de caminhar”.
- “Gostaria que as pessoas se preocupassem mais com os deficientes e que abordassem temas dos meninos com problemas. Assim, se conhece mais o assunto”.
- “Quero ver mais coisas reais e informativas, porque existem muitos que não sabem desses problemas. Eu gostaria de saber mais das dificuldades de cada um”.
- “Para mim, o que falta é coragem. Algo não está sendo mostrado aqui na Argentina. Precisa de coragem para conhecer o assunto”.
- “Eu queria ver que até o presidente ajuda os deficientes, pois acho que agora não nos está ajudando. Gostaria que fossem colocadas rampas, coisas desse tipo”.
- “Eu queria que mostrassem as dificuldades de estudar das pessoas com deficiência”.
- “Querida ver que é errado deixar uma pessoa com deficiência em pé no ônibus”.
- “Um dia desses, a emissora Bandeirantes foi na minha escola e filmou a gente na hora do recreio. Querida que a tevê mostrasse jogando, estudando”.
- “Eu queria que o jornal fosse apresentado em Libras”.
- “Querida saber sobre os atletas com deficiência. Como conseguiram chegar onde estão”.

CONCLUSÃO

A realização de oito grupos focais em quatro cidades de três países latino-americanos permitiu conhecer a opinião de 67 adolescentes com deficiência, com idades entre 11 e 13 anos. De ambos os sexos, tanto de baixa renda quanto das classes média e alta. Possibilitou entrever não só seus hábitos de consumo midiático, mas também suas posturas frente aos conteúdos veiculados nesse meio. E mais: trouxe à tona a interação desses sujeitos, o choque de opiniões, as contradições e a reformulação de seus discursos.

À guisa de conclusão, pode-se destacar os seguintes aspectos:

- Existem grandes semelhanças entre os adolescentes com deficiência participantes dos grupos focais e os demais sujeitos na mesma faixa etária, mas sem deficiência. Em muitos momentos dos debates, a ausência de visão ou de audição, suas impossibilidades de locomoção, ou mesmo a distinção dos níveis de desenvolvimento intelectual, não se interpuseram entre os participantes da pesquisa, seus hábitos ou preferências de consumo midiático. Os adolescentes com deficiência não fizeram de suas condições as suas bandeiras ou tábuas de salvação. Eles raciocinaram e agiram como quaisquer outros adolescentes: com alguma insegurança, ambigüidade e um pragmatismo desconcertante.
- Não se percebeu grandes distinções entre os meninos e meninas com deficiência argentinos, brasileiros e paraguaios. Eles dialogam entre si. Os detalhes locais – como os programas mencionados – é que poderiam guardar alguma distância, mas como muitas atrações são comuns entre os países, nem mesmo esse aspecto foi notado. Novelas brasileiras são vistas nos países platinos. Desenhos animados são retransmitidos aqui e lá. A maioria das referências midiáticas, portanto, são comuns.
- De maneira geral, os adolescentes da pesquisa apontaram poucos casos de notícias sobre pessoas com deficiência. Menos ainda sobre adolescência e deficiência, o que torna essa rima praticamente oculta.
- Nota-se que o jovem com deficiência pouco se vê na programação convencional das emissoras de tevê. Ele se queixa do excesso de violência e “baixarias” e, se pudesse, interferiria positivamente na definição de pautas jornalísticas que enfocassem a vida das pessoas com deficiência.
- Basicamente três tipos de pessoas com deficiência foram lembrados entre os personagens de telenovelas: os cegos, as pessoas em cadeiras de rodas e as com síndrome de Down. A inclusão de personagens com deficiência nos últimos anos fez com que as telenovelas fossem rápida e espontaneamente lembradas pelos participantes deste estudo, tanto no Brasil – com mais frequência – quanto na Argentina e Paraguai.

-
- Embora ainda consumam muitas horas de desenhos animados ao longo do dia, os adolescentes da pesquisa sentiram dificuldades para se lembrar de personagens com deficiência, bem como não foram tão seguros no momento de destacá-los da trama. Por vezes, foi preciso motivá-los, chamar sua atenção para tais personagens.
 - Como a realidade cotidiana das pessoas com deficiência passa longe da tela, os adolescentes pouco se enxergaram nesse universo. A percepção é de que a tevê poderia ser espelho, embora atualmente ainda funcione mais como janela ou vitrine. Por essa razão, não raras vezes os olhares dos participantes da pesquisa buscaram mais diretamente os problemas sociais e humanos do que propriamente os seus. Os adolescentes deste estudo compadecem-se mais com meninos em situação de rua, meninas vítimas de abuso, miséria e pobreza. Como se suas condições não contassem, e como se os direitos dos outros fossem mais violados que os seus próprios.
 - A pesquisa denota, independentemente dos resultados que interpretam as narrativas particulares dos participantes, a urgente necessidade de incluir esse público em investigações como esta, a qual não se limitou a coletar suas opiniões apenas sobre questões relativas à deficiência, mas sobre um assunto mais amplo, acerca do qual têm todo o direito de ofertar seus pontos de vista.
 - Mais uma vez, os grupos, tal como ocorreu com atividades desenvolvidas com adolescentes sem deficiência, demonstram a necessidade de inclusão de uma séria discussão sobre educação para mídia no currículo escolar.

FICHA TÉCNICA

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Presidente: Oscar Vilhena Vieira
Vice-presidente: Geraldinho Vieira
Secretário Executivo: Veet Vivarta
Secretária Executiva Adjunta: Ely Harasawa

Mais janela que espelho: a percepção de adolescentes com deficiência sobre os meios de comunicação na Argentina, no Brasil e no Paraguai

Realização

Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI
Rede ANDI América Latina

Apoio

Save the Children Suécia

Supervisão editorial

Veet Vivarta

Coordenação geral da pesquisa

Guilherme Canela

Consultor

Romeu Kazumi Sasaki

Assistentes de coordenação

Ana Néca e Fábio Senne

Estagiária

Ingred Castro

Coordenação editorial

Adriano Guerra

Consultoria de texto

Rogério Christofolletti

Edição de texto

Marília Mundim

Diagramação

Jean Matos

Brasília, janeiro de 2008

EQUIPES LOCAIS

Argentina

Organização: Periodismo Social
Coordenação: Ricardo Andrada
Organização e assistentes: Monica Zavala e Laura Laborde

Brasil

São Paulo

Organização: Cipó – Comunicação Interativa
Coordenação: Ciça Lessa
Organização e assistente: Mariana Albanese
Intérprete de Libras: Roberta Almeida

Salvador

Organização: Cipó – Comunicação Interativa
Coordenação: Milena Oliveira
Assistentes: Ana Flávia Souza; Anselmo Souza Bruna Hercog
Intérprete: Cristiane Santana de Melo
Filmagem: Luca Pedreira

Paraguai

Organização: Agencia Global de Notícias
Coordenação: María Silvia Calvo
Responsável geral: Fernando Hamuy
Organização e assistentes: Letícia Ritter e Cláudia Pacheco
Intérprete de Libras: Ignacio Chavez

O uso de um idioma que não discrimine e nem marque diferenças entre homens e mulheres ou meninos e meninas é uma das preocupações dos realizadores desta pesquisa. Porém, não há acordo entre os lingüistas sobre a maneira de como fazê-lo. Dessa forma, com o propósito de evitar a sobrecarga gráfica para marcar existência de ambos os sexos em língua portuguesa, optou-se por usar o masculino genérico clássico na maioria dos casos, ficando subentendido que todas as menções em tal gênero representam homens e mulheres.



SDS - Ed. Boulevard Center, Bl. A, sl. 101
70. 91-900 – Brasília, DF
Telefone: (61) 2102 -6508
Fax: (61) 2102 -6550
Site: www.andi.org.br